

*Discurso na reunião da Comissão  
Interministerial para a Preparação da  
Participação do Brasil na Cúpula Mundial  
sobre Desenvolvimento Sustentável*

PALÁCIO ITAMARATY, BRASÍLIA, DF, 13 DE AGOSTO DE 2002

*Senhor Ministro Celso Lafer; Senhores Ministros; Senhoras e Senhores aqui presentes,*

A reunião desta Comissão Interministerial que, como vocês sabem, é composta por membros do Governo, de ONGs, do setor empresarial e da comunidade acadêmica, representa o que nós desejamos para a Cúpula de Johannesburgo, ou seja, uma participação aberta, uma participação a mais democrática e ampla possível, e mostre que essa luta pela causa do desenvolvimento sustentável não se limita aos escritórios burocráticos.

Sabemos que a Cúpula de Johannesburgo, embora esteja próxima, ainda permite, até lá, um processo negociador. E estamos empenhados para que possamos avançar.

Não podemos nos deixar dominar pela incerteza de alguns temas que ainda estão aí sem uma resolução. Embora a incerteza seja, talvez, a característica mais forte do mundo contemporâneo, quanto menos incerteza houver, melhor será. E, certamente, o nosso propósito é de fazer com que o que nós denominamos, há dez anos, de o espírito do Rio,

quando houve a reunião do Rio, em 92, permaneça vivo, ou seja, que os acordos que foram alcançados na Conferência do Rio de Janeiro tenham, efetivamente, validade. Que esse espírito seja consubstanciado com algumas idéias-força, que são conhecidas, mas que convém serem, sempre, reprisadas.

Precisamos construir uma parceria global que permita a materialização do conceito de desenvolvimento sustentável, com a base de que temos responsabilidades comuns, no que diz respeito ao desenvolvimento e ao meio ambiente, mas responsabilidades diferenciadas, porque os Estados mais ricos são mais responsáveis do que os Estados mais pobres.

Precisamos também adicionar, crescentemente, recursos para que possamos combater eficazmente a pobreza, erradicar a pobreza e garantir a sustentabilidade. Isso tem sido repetido. Foi repetido, recentemente, na Conferência de Monterrey, mas convém que se tenha presente e que se insista nisso, assim como temos que reconhecer que os padrões de produção e de consumo pelos quais alguns consomem demais enquanto outros consomem abaixo do que é o mínimo necessário para a dignidade humana devem ser revistos e alterados.

Para que isso se alcance, precisamos de muitos fatores, entre os quais convém insistir no desenvolvimento de tecnologia e de produção mais limpo, com bases mais favoráveis para os países que estão em desenvolvimento.

Não queremos, portanto, reabrir a negociação dessas questões que foram já resolvidas na Conferência Rio-92. Temos que insistir para que os líderes políticos do mundo todo tenham a coragem de persistir, de perseverar nessa matéria e, também, de enfrentar questões importantes. Talvez as mais importantes delas, neste momento, além das incertezas da questão financeira, a que não vou me referir hoje, aqui, porque não é apropriado, são o excessivo protecionismo e a falta de acesso aos mercados. Isso é fundamental, se nós quisermos, realmente, mudar as formas de distribuição de riqueza no mundo. Sem isso, dificilmente haverá uma mudança efetiva.

Hoje sabemos que o consumidor também está globalizado, portanto o próprio consumidor vai nos ser um aliado nessa luta pela sustentabi-

lidade no planeta. Ou seja, vamos insistir, no fundo, para que se mantenha o que foi garantido já no Rio de Janeiro, para que se cumpra o que foi acordado na Conferência de Monterrey e, também, na Conferência de Doha. Mas é necessário que não venhamos, de novo, a abrir questões que já estão, do ponto de vista da consciência internacional, superadas. Acho que esses acordos, esses documentos que vão sair de Johannesburgo, devem traduzir uma determinação firme dos governos, para superar os gargalos que dificultam essas mudanças de qualidade na forma de se encarar a questão do desenvolvimento.

Devo dizer que podemos chegar a Johannesburgo com moral alto, porque, do ponto de vista do que é possível para um país em desenvolvimento, cheio de problemas, o Brasil tem feito um esforço considerável. Não apenas ampliou muito, no nosso meio, a consciência por parte da sociedade, incluindo o empresariado, da necessidade de haver um desenvolvimento sustentável, como criamos também uma série de mecanismos que tendem a isso, que vão nessa direção.

Se me permitem, só para reavivar a memória de todos, fizemos a Lei de Crimes Ambientais, a lei que institui o Sistema Nacional de Unidade de Conservação, a Lei de Águas, que cria a Agência Nacional de Águas, que é um marco nessa matéria, o Programa Nacional de Florestas e o Novo Código Florestas, a Medida Provisória sobre o acesso ao patrimônio genético, a concepção e a execução de programas inovadores de econegócios, a mobilização comunitária em diferentes projetos de interesse na política ambiental, só para dar alguns exemplos de medidas que foram sendo tomadas por pressão da sociedade, com debates no Congresso, com o apoio do Executivo. Avança-se um pouco mais, um pouco menos, mas a verdade é que a nossa agenda caminhou. E caminhou a tal ponto que nós temos, hoje, a Agenda 21 brasileira, que foi elaborada em parceria com a sociedade, que, ainda, recentemente, aqui mesmo, neste edifício, nós tivemos a oportunidade de recebê-la e de entregá-la. Existe, portanto, aí, uma consciência que não é apenas retórica, é uma consciência que se está traduzindo em atos e em processos que vão levar a uma revisão, no tempo, de todos esses mecanismos de visar a um desenvolvimento aceitável.

Bom, acho que foi muito importante a aprovação da lei que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, tanto assim que, a partir daí, vou criar, proximamente, por lei, o Parque Nacional da Serra do Tumucumaque. Já todas as decisões preliminares estão tomadas e vou criar esse Parque Nacional da Serra do Tumucumaque, que, como vocês sabem, tem uma área de mais ou menos 6 milhões de hectares de terra. Isso equivale a uma Bélgica. Então convém dizer lá que só numa penada, no Brasil, graças ao apoio da sociedade, o Governo do Brasil está criando uma Bélgica aqui, protegida na Floresta Amazônica.

Estamos avançando na direção do nosso compromisso de termos, pelo menos, 10% do nosso território sob área preservada. Portanto, não são palavras, são coisas verdadeiras e de fato. Mas ainda é de se dizer que, apesar de que sabemos que ainda não é o ideal, conseguimos reduzir a taxa de desflorestamento na Amazônia, que caiu cerca de 13%, apesar de todos os prognósticos pessimistas. Na verdade, o sistema de alerta e o sistema de ação têm tido efeitos sobre o desflorestamento. Isso não quer dizer que possamos desconsiderar a importância da questão e estar desatentos a ela, mas quer dizer que estamos avançando.

Referi-me, há pouco, à Agência Nacional de Águas. Todo o mundo sabe que o Brasil dispõe da maior bacia hidrográfica de água doce do planeta. Pois bem, essa Agência Nacional de Águas é um marco efetivo. Já conseguimos avançar, no caso do Vale do Paraíba, na forma de cooperação para controle do uso das águas e, progressivamente, a ANA, que é a sigla da Agência Nacional de Águas, está tendo um papel crescente nas decisões do Brasil.

Entendo as aflições, mas é preciso entender que não havia nada no Brasil. Nada. E, hoje, dispomos de um instrumental de referência legal e de práticas de controle das decisões, sempre tendo em vista a questão do desenvolvimento sustentável. De modo que temos, realmente, moral para, em Johannesburgo, cobrar o que é cobrável.

Acho, também, que é importante dizer que o Congresso Nacional atendeu aos apelos, e temos o Protocolo de Kioto ratificado. Isso é algo bastante significativo também, mostrando que seguimos adiante com os nossos compromissos.

E toda a gente sabe a importância que o Brasil atribui ao mecanismo de desenvolvimento limpo, que está previsto no Protocolo de Kioto, que, aliás, foi uma proposta brasileira. É, talvez, o mecanismo mais inovador criado nestes dez anos, a partir da reunião do Rio de Janeiro. Acho que isso permite equacionar, de maneira mais razoável, as relações Norte-Sul e a possibilidade de que investimentos em tecnologias que evitem o efeito estufa possam converter-se em benefícios para os países desenvolvidos e também para os países em desenvolvimento. Quer dizer, esse é um mecanismo de conciliação.

Pois bem, estamos querendo lhes dizer que estamos levando adiante negociações muito importantes com o governo alemão, para provocarmos, colocarmos em prática uma modalidade de cooperação nos termos do mecanismo de desenvolvimento limpo.

Não quero me antecipar, mas se for possível, quando chegarmos lá, em Johannesburgo, teremos um entendimento concreto com o governo alemão nessa matéria. Creio que isso aí deverá, digamos, servir de estímulo para que os outros países também, tanto do Norte quanto do Sul, se ponham em acordo para avançar nessa área.

Quero ressaltar que é proposta nossa a iniciativa chamada latino-americana, suponho. É proposta nossa – do Caribe. Também, claro, quando digo latino-americana, incluo os ingleses e os afro-ingleses. Mas é latino-americana e caribenha a idéia de que nós nos comprometamos, em conjunto, em nível mundial, a que, pelo menos, 10% da matriz energética seja obtida através de fontes renováveis. Aí nós podemos dizer isso com tranquilidade, porque, no nosso caso, isso é muito claro. Estou, pessoalmente, engajado nesses processos todos. Há muitos anos, não apenas me empenho – isso se materializa com a presença do Doutor Fábio Feldeman no meu gabinete, para cuidar especificamente dessa matéria – mas, há muitos anos, estamos empenhados em fazer avançar esse debate.

Agora, recentemente, no Rio de Janeiro, quando tivemos a reunião simbólica da passagem da tocha para a África do Sul, tive a oportunidade de conversar com o Primeiro-Ministro da Suécia, com o Vice-Primeiro-Ministro da Inglaterra e com o Presidente Thabo Mbeki, para

levar adiante a Conferência de Johannesburgo. A partir daí, o Presidente Mbeki levou aos presidentes do G-8 o nosso pedido de apoio para essas matérias. Fiz gestões, também, com a Índia, China, Polônia e Rússia, para que elas promovam a ratificação do Protocolo de Kioto, porque, uma vez esses países apoiando esse protocolo, passará a ter vigência.

Da mesma maneira, em todas as reuniões, sempre acompanhado do Ministro Celso Lafer e com a palavra dele a reafirmar os nossos propósitos, que tivemos do Mercosul, em Buenos Aires e agora, mais recentemente, em Guayaquil, os presidentes da América do Sul, da mesma maneira insisti muito para que os presidentes, todos, fossem a Johannesburgo, para que eles entendessem a importância dessa questão.

Recebi, juntamente com o Presidente do Equador – que era o Presidente da Cúpula do Mercosul Sul-Americana, que foi lá em Guayaquil –, a incumbência de coordenar as nossas posições na África do Sul, de tal maneira que o discurso que farei vai ser um discurso que representa, efetivamente, o pensamento do conjunto dos países sul-americanos, sem a exclusão dos países latino-americanos e outros que se queiram juntar. Refiro-me aos sul-americanos, porque houve a reunião sul-americana, mas estou certo de que, conversando com o Presidente Vicente Fox e com os demais presidentes da América Central, haverá uma coordenação ampla, do ponto de vista latino-americano, a favor das teses que estamos tratando de implementar em Johannesburgo.

Eram essas as palavras que queria trazer-lhes na abertura desta comissão, que reúne, como disse, ministros de várias áreas e representantes da comunidade acadêmica, da sociedade civil, em geral, e do setor empresarial, para dar-lhes as boas-vindas e desejar que trabalhem com afinco, que ainda temos tempo para tomar as medidas necessárias para que, realmente, a Conferência da África do Sul seja um sucesso.

Muito obrigado a todos.

### **Encerramento**

Vou ser muito rápido. É só para agradecer os comentários. Certamente haverá outros comentários, formados a respeito do conteúdo deles. Quanto à observação sobre a reforma constitucional, uma reforma

constitucional requer 308 votos. Acho que deve continuar lutando, mas não se preocupe, o Governo não vai apoiar isso. Não há essa hipótese. E, sem apoio do Governo, é difícil passar reforma constitucional, a não ser quando se trata de matéria para ampliar poderes do próprio Congresso, aí, sim. Mas fora disso é difícil uma matéria dessa importância, sem que haja unidade entre o Congresso e o Governo. Ela não será aprovada.

Quanto ao resto, quero reafirmar minha disposição de continuar, e até depois de Johannesburgo, lutando para que possamos avançar mais e mais nessa matéria.

O fato de que alguns países não estão, assim, tão ativos em Johannesburgo não deve desanimar-nos, porque, na verdade, se somos partidários de uma democratização da ordem internacional, nós, que estamos dispostos, vamos continuar lutando e, pouco a pouco, vamos avançando. Ou cortando nó, ou desatando, chegaremos lá. Se possível, desatando, há menos sangue. Se tiver que cortar, não sou médico e não sei como se corta. Mas acho que, de qualquer maneira, se consegue. Acredito que certas matérias são já, digamos, vitórias da própria comunidade internacional e já constituem, hoje, um substrato mínimo, a partir do qual dá para avançar.

Acho que o que acabou de falar o representante dos empresários aqui, no Conselho Empresarial, é muito significativo, quer dizer, houve ampliação da participação dos empresários, das ONGs. Imaginar, há dez anos, uma reunião, no Itamaraty, do Presidente da República com ONGs seria impensável. A primeira reunião que houve de ONG brasileira e do exterior foi comigo. Nunca um presidente tinha chamado uma ONG. Nem me lembro por que foi. Foi em Londres e com certa perplexidade por parte até de funcionários nossos, que não estavam habituados a ver esse tipo de discussão. Hoje isso é rotina. E assim é no mundo também.

Acho que as modificações estão avançando bastante e vamos, realmente, transformar Johannesburgo num novo marco de avanço dessa matéria. Não se vai conseguir tudo, obviamente. Haverá propostas que nem sabemos quais são, haverá happenings, haverá todas essas formas

de manifestação do mundo contemporâneo, mas contínuo, nessa matéria, no século XVIII. Acho que é preciso razão, é preciso acreditar que é possível, com razoabilidade, avançar. Isso não quer dizer que, sem emoção, se possa avançar. Não se pode. Mas é preciso acreditar na solução através de mecanismos que sejam viáveis. E nós, hoje, dispomos de vários caminhos viáveis para aumentar nossa confiança no desenvolvimento sustentável.

Desculpem-me, mas tenho que continuar telefonando.

Muito obrigado.